



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Efeitos da diversidade contabilística na
análise financeira:
O Caso particular do *goodwill*

Maria Inês da Costa Simões

Católica Porto Business School
Novembro, 2019



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Efeitos da diversidade contabilística na
análise financeira:
O Caso particular do *goodwill*

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Maria Inês da Costa Simões

sob orientação de
Prof. Doutora Luísa Anacoreta

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School
Novembro, 2019

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Luísa Anacoreta, pela sabedoria, colaboração e apoio demonstrados na elaboração desta dissertação.

Aos meus pais, irmã e cunhado, pelo suporte e apoio incondicional que sempre demonstraram, pelas oportunidades que me possibilitaram e pelo carinho e valores que me transmitiram.

Ao meu namorado, Afonso Mateus, por nunca duvidar das minhas capacidades e me apoiar e incentivar em todos os momentos desta etapa.

À Daniela Gabriel e ao Joshua Duarte pelas muitas conversas e opiniões sinceras que permitiram continuar este caminho que nem sempre foi nítido e linear.

À Jéssica Sá e ao João Almeida aos quais devo um especial agradecimento pela ajuda e compreensão que me permitiu concluir esta etapa apesar de todos os obstáculos encontrados.

A todos os meus amigos e família que mesmo à distância sempre me incentivaram e acreditaram em mim.

A todos o mais sincero e especial obrigado!

Resumo

Na União Europeia, o tratamento contabilístico do *goodwill* continua a ser um dos tópicos em que a diversidade contabilística prevalece, apesar dos esforços que a Comissão Europeia tem desenvolvido no sentido da harmonização.

Neste estudo, investiga-se até que ponto a diversidade contabilística existente (amortização *versus* testes de imparidade) tem implicações significativas para a análise dos principais rácios financeiros das empresas da Península Ibérica.

Para isso, são analisadas as demonstrações financeiras de um conjunto de empresas portuguesas e espanholas cotadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Procede-se a uma reformulação dessas demonstrações financeiras, utilizando a amortização do *goodwill* por oposição aos testes de imparidade anuais, para perceber de que modo os rácios financeiros seriam afetados em consequência das alterações decorrentes da aplicação de diferentes princípios contabilísticos. Para avaliar a significância estatística utiliza-se o teste não paramétrico Wilcoxon Signed Rank Test.

Os resultados obtidos evidenciam que a amortização do *goodwill* apresenta um impacto significativo nos rácios de solvabilidade, endividamento e rentabilidade, o que sugere que a aplicação de diferentes critérios contabilísticos não é inócua para a análise financeira. Estes resultados reforçam igualmente estudos anteriores que sugerem que o modelo de testes de imparidade potencia o reporte de resultados inflacionados que distorcem os rácios financeiros apresentados.

Palavras-Chave: diversidade contabilística, *goodwill*, rácios financeiros; amortização *versus* imparidade, IASB, Diretiva da Contabilidade, IFRS

Abstract

In the European Union, goodwill treatment is one of the main topics where accounting diversity is still a reality, nevertheless the efforts of the European Commission in the development of the harmonization process.

This study seeks to ascertain, on an empirical basis, whether the existence of diversity in accounting principles (*amortization vs. impairment*) has significant consequences for the interpretation of financial ratios on the Iberian Peninsula level.

Therefore, we have examined the financial statements of a sample of Portuguese and Spanish listed companies following the International Financial Reporting Standards (IFRS). We reformulated the financial statements using amortization of goodwill instead of the impairment test to understand how financial ratios would be affected as the basis of financial statement changes from the application of other accounting principles. To evaluate statistical significance we applied the non-parametric test Wilcoxon Signed Rank test.

The results indicate that periodic amortization of goodwill has a significant impact on solvency, indebtedness and profitability ratios which suggest that the accounting principles applied are not innocuous to financial analyses. These results reinforce previous studies that suggested that the impairment model led to temporarily inflated earnings and goodwill balances which distort financial ratios presented.

Keywords: accounting diversity; *goodwill*; financial ratios; amortization versus impairment; IASB; Accounting Directive, IFRS

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vii
Índice	ix
Índice de Tabelas	xi
Capítulo 1: Introdução	13
Capítulo 2: Revisão de Literatura	17
2.1 A diversidade contabilística	18
2.2 O <i>goodwill</i>	25
2.2.1 O tratamento contabilístico atual do <i>goodwill</i>	25
2.2.2 A reintrodução da amortização do <i>goodwill</i>	31
Capítulo 3: Metodologia	34
3.1 Objetivo do estudo e questão de investigação	34
3.2 Recolha de dados e seleção da amostra	35
3.2.1 Limitações da base de dados	35
3.2.2 Seleção da amostra	37
3.3 Método	38
3.3.1 Modelo Teórico	38
3.3.2 Seleção das variáveis	41
Capítulo 4: Análise de Resultados	42
4.1 Estatística descritiva	42
4.2 Análise dos resultados estatísticos	46
Capítulo 5: Conclusão	49
Bibliografia	53
Anexos	58
Anexo I – Identificação dos Relatórios e Contas Utilizados	58
Anexo II – Estatísticas descritivas dos rácios financeiros (Portugal)	59
Anexo III – Estatísticas descritivas dos rácios financeiros (Espanha)	60
Anexo IV – Resumo dos principais argumentos apresentados a favor e contra a reintrodução da amortização do <i>goodwill</i>	61

Índice de Tabelas

Tabela 1: Caracterização dos estudos sobre Diversidade Contabilística	18
Tabela 2: Quadro-resumo das principais conclusões	24
Tabela 3: Evolução do tratamento contabilístico do goodwill	27
Tabela 4: Rácios Financeiros	41
Tabela 5: Estatísticas descritas das principais rúbricas das Demonstrações Financeiras Consolidadas (2018)	42
Tabela 6: Peso do Goodwill no Total do Ativo (%) das empresas (2018)	43
Tabela 7: Estatísticas descritivas dos rácios financeiros analisados (2018).....	44
Tabela 8: Resultados obtidos através do Wilcoxon Signed Rank Test	47

Capítulo 1: Introdução

Com o fenómeno da globalização dos mercados financeiros e consequente crescimento da atividade económica mundial e da dimensão internacional das empresas, a comparabilidade da informação financeira assumiu maior relevância para a tomada de decisão dos investidores.

As alterações na esfera económico-financeira das empresas motivaram o desenvolvimento de um processo de harmonização contabilística internacional que permitisse aproximar os diversos normativos contabilísticos reduzindo, deste modo, a diversidade contabilística existente que pudesse colocar em causa a fiabilidade e comparabilidade da informação financeira.

Um dos principais eventos que marcou este processo foi a publicação do Regulamento 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, que introduziu, por um lado, a obrigatoriedade das “empresas cujos títulos são negociados publicamente” aplicarem as normas internacionais de contabilidade –IAS/IFRS – na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais (a partir de 1 de janeiro de 2005) e, por outro, permitiu a possibilidade dos Estados-Membros permitirem às restantes empresas a adoção voluntária deste normativo (*artigos 4º e 5º do Regulamento 1606/2002 da UE*).

Apesar dos esforços realizados, a diversidade contabilística continua a ser uma realidade na União Europeia que afeta a qualidade da informação financeira. Em causa está a nova Diretiva da Contabilidade¹ da UE que vem estabelecer critérios que os Estados Membros devem ter em consideração na definição dos normativos contabilísticos locais (GAAPs locais) a aplicar na

¹ Diretiva 2013/34/UE que entrou em vigor em Junho de 2013

preparação das Demonstrações Financeiras (Individuais e Consolidadas) e respetivos Anexos.

Uma característica importante desta diretiva é o afastamento do seu conteúdo face às normas internacionais, sobretudo no que respeita à contabilização de ativos intangíveis, nomeadamente do *goodwill* – um dos tópicos de relato financeiro que menos consenso têm gerado na comunidade académica internacional.

A diretiva estabelece que os ativos intangíveis com vida útil indefinida (entre os quais o *goodwill*) devem ser amortizados num prazo máximo de 10 anos contrariando assim o tratamento previsto nas IAS/IFRS, que afasta esta possibilidade em detrimento da realização obrigatória de testes de imparidade anuais para avaliar a sua recuperabilidade.

Para além de este ser um tema de relevo para a análise económica e financeira das empresas, o tratamento dos ativos intangíveis (com destaque para o *goodwill*) têm ocupado um lugar de destaque na literatura contabilística na medida em que não existe consenso sobre qual a abordagem que permite obter informação que se considere ser mais fiável e verdadeira.

A atual contestação internacional gerada em torno do modelo de realização de testes de imparidade anuais obrigatórios levou o IASB – organismo emissor das normas internacionais (IAS/IFRS) – a “reabrir” a discussão sobre o modelo de mensuração subsequente a adotar para o tratamento do *goodwill*. Nesse sentido, tem vindo a ser desenvolvido, desde 2015, um projeto de discussão que tem por objetivo a definição de uma estratégia global que melhor se adapte à realidade atual e às preocupações dos utilizadores da informação financeira.

Ao longo desta investigação pretende-se abordar o tópico da diversidade contabilística na União Europeia, incidindo a análise nos impactos da

heterogeneidade contabilística ao nível do tratamento do *goodwill*, nomeadamente no impacto da amortização na análise financeira. Esta análise terá por base a realidade económica e financeiras de empresas cotadas da Península Ibérica (Portugal e Espanha).

O objetivo desta investigação consiste em analisar e avaliar até que ponto a diversidade existente (amortização vs imparidade anual obrigatória) tem implicações significativas na análise das demonstrações financeiras e dos principais rácios financeiros.

Em suma, a questão de investigação à qual se pretende dar resposta com esta investigação é:

- A “*amortização do Goodwill*” apresenta um impacto significativo nas principais nos principais rácios financeiros?

Com este estudo pretende-se, por um lado, contribuir para a literatura sobre os impactos da diversidade contabilística analisando os impactos na realidade da Península Ibérica e, por outro, contribuir para o debate atual sobre o tratamento do *goodwill* e a possibilidade de reintrodução do modelo de amortização no panorama mundial (nomeadamente nas IFRS).

Este estudo encontra-se, assim, estruturado em cinco capítulos. No presente capítulo é feito um breve enquadramento do tema em análise e da problemática que se investiga ao longo da análise.

No segundo capítulo, efetua-se uma revisão da literatura que serve de ponto de partida à análise. De modo a permitir um melhor entendimento sobre os temas a abordar, este capítulo divide-se em três secções. Numa primeira parte, apresenta-se alguns dos estudos sobre impactos da diversidade contabilística ao longo das últimas décadas. Na segunda parte, apresenta-se um breve enquadramento das principais questões discutidas em torno do *goodwill*, focando a análise na problemática da mensuração subsequente, tópico central desta

investigação. Por último, na terceira parte, apresenta-se a discussão introduzida pelo IASB em torno do atual modelo de mensuração subsequente do *goodwill* e da possibilidade de reintrodução da amortização em IFRS/IAS.

No terceiro e quarto capítulos apresenta-se, respetivamente, a metodologia seguida e os resultados obtidos. Na descrição da metodologia expõe-se o processo de recolha e tratamento de dados, a caracterização da amostra, o modelo teórico aplicado e as variáveis seleccionadas.

Por último, o quinto capítulo consiste na apresentação das conclusões retiradas com a investigação, limitações e linhas de orientação para investigações futuras.

Capítulo 2: Revisão de Literatura

Apesar do processo de harmonização contabilística que tem vindo a decorrer nas últimas décadas, existem ainda temas sobre os quais a literatura está longe de ser consensual, apresentando uma multiplicidade de soluções e abordagens.

Com o presente capítulo pretende-se efetuar uma revisão da literatura acerca da diversidade contabilística e dos seus impactos para a análise financeira, destacando o debate sobre o tratamento e reconhecimento do *goodwill*, tópico em análise nesta investigação. A fim de permitir um melhor entendimento destas temáticas, este capítulo encontra-se dividido em três secções.

Na primeira secção, aborda-se a temática da diversidade contabilística em sentido “*lato*” apresentando alguns dos contributos de autores que basearam a sua investigação nos impactos da diversidade contabilística existente ao nível dos normativos contabilísticos aplicados. Neste tópico, atribui-se particular ênfase ao estudo dos impactos da transição para o normativo internacional IAS/IFRS dada a sua relevância na literatura existente e na atualidade. A tabela 1 apresenta uma breve caracterização dos estudos analisados.

Na segunda secção, aborda-se de forma sucinta algumas das principais questões debatidas relativas à temática do *goodwill*. Esta secção tem como objetivo fornecer um enquadramento sobre as principais posições defendidas no que diz respeito à mensuração subsequente do *goodwill*, em particular na possibilidade de amortização. Deste modo, não é realizada uma análise extensiva de todos os aspetos em discussão na medida em que não se enquadram no âmbito delimitado para esta investigação.

Por último, na terceira secção, aborda-se a discussão iniciada pelo IASB em torno do atual modelo de mensuração subsequente e possibilidade de reintrodução da amortização do *goodwill* nas IFRS/IAS.

Tabela 1: Caracterização dos estudos sobre Diversidade Contabilística

Categorização	Normativos	Contributos
Estudos sobre o impacto de diferenças regionais na análise financeira	GAAP Local vs GAAP Local	Choi et al. (1983), Cooke (1993), Hellman (1993) and Norton (1995), Gray (1980), Simmonds (1989), Lainez et Callao (2000)
Estudos sobre o impacto da adoção voluntária das IAS/IFRS	IAS/IFRS vs GAAP Local vs US GAAP	Hung and Subramanyam (2007); Bartov et al. (2005); Barth, Landsman, and Lang (2008), Christensen et al. (2015); George, E., Li, X. & Shivakumar, L. (2016)
Estudos sobre o impacto da adoção obrigatória das IAS/IFRS	IAS/IFRS vs GAAP Local	Horton and Serafeim (2010); Lantto and Sahlstrom (2009), Barth et al. (2014); Hamberg et al. (2011)

Fonte: Própria

2.1 A diversidade contabilística

A diversidade contabilística tem merecido destaque na literatura académica ao longo das últimas décadas.

No final do século XX, numa era em que se assistia à crescente globalização dos mercados financeiros e intensificação das operações, a comunidade académica centrou a sua análise na diversidade contabilística decorrente da existência de diversos referenciais contabilísticos aplicados localmente pelos países e nas consequências dessas diferenças para a análise financeira e para a comparabilidade da informação.

Autores como Choi et al. (1983), Cooke (1993), Hellman (1993) e Norton (1995) basearam o seu estudo no impacto dos ajustamentos efetuados por empresas “não-americanas” cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque na elaboração das demonstrações financeiras de forma a cumprirem as exigências restritas do SEC (“*The U.S. Securities and Exchange Commission*”). Outros autores, como Gray (1980) e Simmonds (1989), optaram por analisar e comparar os rácios financeiros de empresas de diversos países, o que acarreta o risco das diferenças encontradas

refletirem não só o impacto dos diversos referenciais contabilísticos utilizados, mas também a situação económica dos diferentes países (Lainez & Callao , 2000).

No panorama europeu, Lainez & Callao (2000) investigaram se a diversidade de princípios contabilísticos existente tinha um impacto significativo na interpretação da informação contabilística e de relato financeiro a nível internacional e conseqüentemente nas decisões tomadas com base na análise dessas mesmas informações. Através da análise do impacto (isolado e combinado) do uso de diferentes normativos contabilísticos nos rácios financeiros de um conjunto de empresas espanholas, os autores concluíram que os rácios mais afetados por esta alteração foram sobretudo os de liquidez, solvabilidade e endividamento, sendo que os elementos que revelaram ter maior impacto foram o método de valorização dos ativos fixos tangíveis, o reconhecimento do *goodwill* positivo e o reconhecimento das perdas cambiais. Ao nível dos efeitos combinados, considerando um nível de significância de 5%, mais de 73% das combinações possíveis de países (11 em 15 pares possíveis) apresentaram diferenças significativas ao nível da liquidez e solvabilidade e 60% dos pares ao nível de rácio de endividamento, sendo a Alemanha o país analisado que apresenta o maior número de discrepâncias significativas ao nível do tratamento contabilístico face aos restantes países.

Como se pode verificar, a aplicação de diferentes critérios valorimétricos não é inócua para a análise financeira na medida em que afeta os principais indicadores e rácios financeiros (Lainez & Callao , 2000), sendo, por essa razão, causadora de ruído, acarretando custos acrescidos, para os utilizadores de informação contabilística.

Recentemente, a adoção das normas internacionais de relato financeiro (IFRS/IAS) por parte da UE resultou numa aceitação generalizada deste referencial contabilístico suscitando diversas questões sobre o verdadeiro

impacto desta mudança ao nível da qualidade da informação e da análise financeira. Nesse sentido, foram publicados diversos estudos sobre os impactos da adoção obrigatória e voluntária das IAS/IFRS e as principais diferenças face aos normativos localmente aplicados. A título de exemplo refira-se os estudos de Hung & Subramanyam (2007) e Bartov et al. (2005).

No contexto alemão, Hung & Subramanyam (2007) e Bartov et al. (2005) analisaram o impacto da adoção voluntária das IAS na realidade das empresas alemãs aplicando metodologias distintas. Hung & Subramanyam (2007) compararam as demonstrações financeiras emitidas em ambos os normativos (IAS e GAAP local) por um conjunto de 80 empresas alemãs que adotaram voluntariamente as IAS entre 1998 e 2002, enquanto Bartov et al. (2005) usaram uma amostra de 417 empresas alemãs e compararam o valor relevante da informação emitida segundo GAAP local, IAS e US GAAP.

Os primeiros concluíram, através da análise dos principais ajustamentos efetuados, que a mudança de normativos apresentava um impacto significativo e generalizado ao nível dos seguintes aspetos: Impostos Diferidos, Pensões, Ativo Fixo Tangível e Intangível e Provisões. Adicionalmente, os autores concluíram também que o valor do capital e as variações no resultado líquido e nas quantias escrituradas eram consideravelmente superiores em IAS embora não existisse uma melhoria significativa do valor relevante da informação relatada para os mercados segundo IAS. Por outro lado, Bartov et al. (2005) concluíram que a relevância da informação financeira para os mercados financeiros é superior quando aplicadas as regras estabelecidas pelas IAS ou US GAAP.

Estas conclusões aparentemente contraditórias resultam em parte das diferenças entre as metodologias aplicadas e amostras selecionadas que podem induzir os resultados. Por exemplo, Bartov et al. (2005) ao considerarem os dados antes e após a adoção aumentam o poder dos seus testes face a Hung & Subramanyam (2007), que apenas consideraram o ano de transição. Por outro

lado, Hung & Subramanyam (2007) mitigaram o risco de erros e imprecisões derivadas da omissão de variáveis correlacionadas ao compararem dois referenciais contabilísticos para o mesmo ano e para as mesmas empresas (De George, Li, & Shivakumar, 2016).

Numa perspetiva mais alargada Barth, Landsman & Lang (2008) analisaram o impacto da adoção das IAS na qualidade da informação financeira. Com base numa amostra de empresas 327 empresas de 21 países diferentes que adotaram IAS entre 1994 e 2003, os autores concluíram que nos períodos que antecedem a adoção das IAS não existem diferenças significativas. Porém nos períodos subsequentes, as empresas evidenciam menor manipulação de resultados, menor desfasamento temporal do reconhecimento de perdas e gastos e maior valor relevante. Estes resultados enquanto controversos foram posteriormente contestados por literatura mais recente, como por exemplo Christensen et al. (2015), que atribuí vagamente os resultados apresentados exclusivamente às alterações contabilísticas verificadas. Christensen et al. (2015) detetaram um aumento do valor relevante e diminuição da manipulação de resultados em empresas que adotaram voluntariamente o sistema de IAS/IFRS, apesar de o mesmo não se verificar em empresas cuja transição foi obrigatória, o que sugere que, na opinião dos autores, a “melhoria” da qualidade da informação financeira depende maioritariamente dos incentivos de reporte que as empresas têm em aderir voluntariamente a este sistema e não ao normativo em si.

Deste modo, constata-se que a literatura existente apresenta conclusões controversas e por vezes contraditórias (como é caso dos estudos de Barth, Landsman & Lang (2008) e Christensen et al. (2015)), consoante diferentes metodologias aplicadas e amostras selecionadas.

A par destes contributos, alguns autores focaram a sua análise na transição obrigatória para IFRS/IAS (Horton & Serafeim, 2010) e (Lantto & Sahlstrom, 2009).

Horton & Serafeim (2010) basearam a sua investigação na realidade inglesa analisando os ajustamentos efetuados por 297 empresas na transição de UK GAAP para IFRS em 2005 tendo concluído que os ajustamentos negativos apresentavam um valor mais elevado após as divulgações em IFRS. O modelo por estes usado revela ainda que os ajustamentos relacionados com imparidades do *goodwill*, resultados por ação, benefícios de empregados, instrumentos financeiros e impostos diferidos acrescentam valor relevante apesar de apenas a imparidade do *goodwill* e impostos diferidos apresentarem nova informação.

Na Finlândia, Lantto & Sahlstrom (2009) analisaram o impacto da adoção das IFRS nos principais rácios financeiros (amostra de 91 empresas) e concluíram que os princípios relacionados com justo valor, instrumentos financeiros, locações operacionais e impostos sobre o rendimento afetam significativamente os rácios financeiros. Ao compararem os rácios calculados com base na informação em IFRS e em GAAP locais no ano de transição os autores concluíram que os rácios de rentabilidade aumentaram entre 9 e 19%, o PER (“Price-earning ratio”) diminuiu 11% e o rácio de alavancagem aumentou cerca de 2,9%.

Ainda neste contexto, Hamberg et al. (2011) investigaram o impacto da adoção das IFRS nas empresas suecas, incidindo a sua análise numa disposição em concreto: a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais. (*Business Combinations*). Esta norma tinha vindo introduzir a realização de testes de imparidade anuais obrigatórios por oposição ao método de amortização previsto pelo normativo nacional sueco. Os autores concluíram que as perdas de valor registadas sob este normativo são inferiores quando comparadas com o modelo anteriormente aplicado dando origem a resultados mais elevados após a adoção das IFRS.

Podemos assim concluir que a transição, ainda que obrigatória, dos normativos locais enunciados para as IFRS apresenta impactos significativos não apenas ao nível da qualidade da informação reportada, mas também ao nível dos

principais rácios e indicadores financeiros, como revelou Lantto & Sahlstrom (2009). Adicionalmente, podemos verificar que esta transição introduziu mudanças significativas ao nível do tratamento do *goodwill* e, conseqüentemente, na informação financeira reportada, o que será relevante para a esta investigação, como se analisa na próxima secção.

Numa outra abordagem, Barth et al. (2014) investigaram os impactos desta transição tendo por base empresas de diversos países europeus no ano de mudança (e não apenas de um país como nos estudos anteriormente referidos).

Barth et al. (2014) examinaram se as reconciliações entre os dados financeiros obtidos segundo os GAAP Locais e IFRS são relevantes para os investidores considerando uma amostra de 1201 empresas de 15 países europeus. Os autores revelaram que os ajustamentos efetuados na conversão da informação financeira no que toca ao resultado líquido e capital são revelantes na medida em que estão intimamente relacionados com preços de mercado. Na opinião dos autores, os ajustamentos efetuados sob a aplicação da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração são mais relevantes para os investidores financeiros que a aplicação dos normativos locais.

Em suma, apesar da multiplicidade de conclusões apresentadas, podemos concluir que a transição para um novo referencial contabilístico (em particular as IFRS/IAS) e a aplicação de critérios contabilísticos diferentes apresenta impactos significativos em diversas vertentes, ainda que não de forma homogénea e generalizada uma vez que, estes impactos variam consoante a realidade socioeconómica e geográfica na qual se inserem.

Nos casos em que a análise se baseia exclusivamente num país em específico devemos ter em consideração que os resultados obtidos estão correlacionados com as especificidades do normativo local implementado antes da introdução das IAS/IFRS o que pode justificar algumas diferenças entre as diversas conclusões obtidas nos estudos apresentados (De George, Li, & Shivakumar,

2016). A origem da transição para um novo normativo (voluntária e obrigatória) revela ser também um fator importante na análise dos resultados, como exemplificou Christensen et al. (2015).

No quadro seguinte (tabela 2) apresenta-se um breve resumo das conclusões dos estudos apresentados.

Tabela 2: Quadro-resumo das principais conclusões

<i>Autor</i>	<i>Amostra</i>	<i>Principais Conclusões</i>
Lainez & Callao (2000)	30 maiores empresas espanholas cotadas em bolsa	Os rácios mais afetados com a aplicação dos diversos normativos são sobretudo os de liquidez, solvabilidade e endividamento, sendo que os itens que revelaram ter um impacto mais significativo nos respetivos rácios foram o método de valorização dos ativos fixos tangíveis, o reconhecimento do "goodwill" positivo e o reconhecimento das perdas cambiais.
Bartov et al. (2005)	Adoção voluntária de 417 empresas alemãs	O valor relevante da informação financeira para os mercados financeiros é superior quando aplicado o sistema de IAS/IFRS ou o US GAAP em detrimento do GAAP Local.
Hung & Subramanyam (2007)	Adoção voluntária de 80 empresas alemãs	O valor do capital e das variações no resultado líquido e nas quantias escrituradas eram consideravelmente superiores em IAS/IFRS quando comparadas com o GAAP Local ainda que não tenham sido detectadas alterações do valor relevante.
Barth, Landsman & Lang (2008)	Adoção voluntária de 327 empresas de 21 países	Os períodos após a adoção das IAS/IFRS apresenta uma menor manipulação de resultados e "alisamento" de resultados e maior "valor relevante".
Lantto & Sahlstrom (2009)	Adoção obrigatória de 91 empresas finlandesas	No ano de transição para IAS/IFRS os rácios de rentabilidade aumentaram entre 9-19% e PER diminuiu 11% e o rácio de alavancagem aumento 2,9%.
Horton & Serafeim (2010)	Adoção obrigatória de 297 empresas inglesas	Os ajustamentos efetuados entre o UK GAAP e IFRS apresentam um valor relevante mais elevado em resultado das divulgações exigidas em IFRS.
Hamberg et al. (2011)	Adoção obrigatória de 180 empresas suecas	As perdas por imparidade do <i>goodwill</i> registadas sob os requisitos de teste de imparidade estabelecidos na IFRS 3 são inferiores quando comparadas com o modelo anteriormente aplicado (<i>amortização</i>) dando origem a resultados mais elevados após a adoção das IFRS.
Barth et al. (2014)	Adoção obrigatória de 1201 empresas de 15 países	Os ajustamentos efetuados na conversão da informação financeira no que toca ao resultado líquido e capital são revelantes para os mercados financeiros na medida em que estão intimamente relacionados com preços de mercado.
Christensen et al. (2015)	Adoção voluntária e obrigatório de 133 e 123 (respectivamente) empresas alemãs	Os autores argumentam que a melhoria da qualidade da informação reportada segundo IAS/IFRS resulta essencialmente decorre dos incentivos de reporte que as empresas reconhecem ao adotar este normativo atribuindo vagamente estes resultados às características intrínsecas deste referencial.

Fonte: Própria

2.2 O *goodwill*

2.2.1 O tratamento contabilístico atual do *goodwill*

Após apresentar alguns dos contributos sobre os impactos da diversidade contabilística, analisa-se nesta secção um dos tópicos nos quais se verifica maior divergência e diversidade de tratamento - o *goodwill*.

O *goodwill*, enquanto tema controverso da literatura contabilística, tem gerado um intenso debate não só entre a comunidade académica, mas também entre os principais organismos de normalização contabilísticas a nível internacional – IASB, FASB, UE – que têm participado ativamente na discussão no que respeita ao tratamento contabilístico subsequente (nomeadamente a dicotomia *amortização versus imparidade*).

Como referido anteriormente, um dos fatores que contribuiu para o reforço desta polémica foi a globalização dos mercados financeiros acompanhada por uma intensificação sem precedentes do número de operações de concentração de atividades a que se veio a assistir nas últimas décadas (Rodrigues, 2006).

Godfrey, J. & Koh, P. (2001) revelaram que grande parte dos investidores atribuem maior relevância ao *goodwill* comparativamente a outras rúbricas de balanço, o que sugere que as opções de tratamento e contabilização do mesmo têm um impacto significativo nas decisões dos investidores baseadas na informação financeira reportada.

A primeira questão que se coloca a saber é a própria definição de “*goodwill*”. O carácter subjetivo do qual este se reveste faz com que seja difícil chegar a uma conclusão unânime acerca da sua natureza e essência (a título de exemplo refira-se o contributo de Falk e Gordon (1997) que apresentaram uma revisão de literatura das principais perspetivas apresentadas sobre o tema). A par das dúvidas acerca da sua natureza, existem também opiniões diversas sobre o reconhecimento do *goodwill* enquanto “ativo” nas demonstrações financeiras (Brunovs & Kirsch, 1992); (Nobes, 1992)).

Para efeitos de análise, optou-se por basear este estudo nas definições apresentadas pelos normativos contabilísticos aplicados em Portugal (SNC e IFRS) e nos critérios de reconhecimento apresentados pelos mesmos.

As normas internacionais IFRS, definem *goodwill* como sendo um “*ativo que representa os benefícios económicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos numa concentração de atividades empresariais que não sejam individualmente identificados nem separadamente reconhecidos*” (IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais).

Por sua vez, o normativo nacional português, refere que “*o goodwill corresponde a qualquer diferença positiva entre o respetivo custo de aquisição da concentração de atividades empresariais e o interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos, e passivos contingentes identificáveis e do qual se espera benefícios económicos futuros*”. (NCRF 14 – Concentrações de Atividades Empresariais)

Pode-se desta forma concluir que as definições apresentadas são semelhantes. Além disso, ambas pressupõem que, perante uma concentração de atividades empresariais em que o justo valor dos ativos líquidos adquiridos e dos passivos assumidos seja superior à contrapartida da transação, antes de ser reconhecido o ganho na compra, o adquirente deve reavaliar se existem outros ativos e passivos que devam ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos. Só após esse exame o adquirente deve reconhecer o ganho em resultados (ou diferido, no caso nacional) à data de realização se o justo valor dos ativos e passivos permanecer superior ao valor efetivamente pago.

As definições apresentadas referem-se ao *goodwill* “*adquirido*” ou “*gerado externamente*”, doravante designado por *goodwill*, o qual é o alvo desta análise. O *goodwill* “*gerado internamente*” não será abordado neste estudo na medida em que, não sendo reconhecido contabilisticamente, não se encontra no âmbito da investigação.

Ao nível do tratamento subsequente, as opiniões centram-se essencialmente em dois cenários alternativos: *amortização* ou *teste de imparidade*.

O quadro seguinte apresenta um breve resumo das principais evoluções e alterações nos normativos de aceitação internacional (US GAAP e IFRS) e nacional (SNC) nos últimos anos ao nível da mensuração subsequente do *goodwill*.

Tabela 3: Evolução do tratamento contabilístico do *goodwill*

Normativo	Data	Normas	Principais alterações
US GAAP	Anterior a 1 de Junho 2001	APB Opinion 17 - Intangible Assets	O <i>goodwill</i> sujeito a <u>amortização</u> numa base sistémica durante a sua vida útil, não podendo exceder os 40 anos.
	Após 1 de Junho de 2001	SFAS 141 - "Business Combinations" e SFAS 142 - Goodwill and Other Intangible Assets"	Abandono da amortização do <i>goodwill</i> em detrimento da realização anual de <i>testes de imparidades</i> .
IFRS/IAS	Anterior a 1 de Julho de 2009	IAS 22 - Combinações de Negócios	O <i>goodwill</i> sujeito a <u>amortização</u> numa base sistémica durante a sua vida útil, não podendo exceder os 20 anos.
	Após 1 de Julho de 2009	IFRS 3 - Concentração de Atividades Comerciais	O <i>goodwill</i> <u>não é amortizável</u> sendo obrigatória a realização anual de <i>testes de imparidades anuais</i> . As perdas por imparidade não podem ser revertidas em períodos subsequentes.
SNC (Diretiva 2013/34/EU)	Entrada a vigor a 1 de Janeiro de 2010	NCRF 14 - Concentração de Atividade Comerciais	O <i>goodwill</i> <u>não amortizável</u> sendo obrigatória a realização anual de <i>testes de imparidades</i> .
	Após 1 de Janeiro de 2016	NCRF 14 - Concentração de Atividade Comerciais	O <i>goodwill</i> sujeito a <u>amortização</u> numa base sistémica durante a sua vida útil ou, nos casos em que não seja possível estimar, durante 10 anos.

Fonte: Própria

Em 2001, o FASB revolucionou o paradigma internacional com a publicação das SFAS ("Statement of Financial Accounting Standard") 141 e 142 que abandonam aquele que era o método que parecia mais consenso gerar na comunidade internacional – a amortização do *goodwill*. Estas disposições preveem a

substituição do modelo de amortização do goodwill em detrimento da realização de “testes de imparidade” para aferir eventuais perdas de valor.

Antes da revisão e publicação destas novas normas, o tratamento contabilístico do *goodwill* segundo o US GAAP e IFRS assentava na amortização do *goodwill* numa base periódica com possibilidade de recurso a testes para averiguar eventuais perdas de valor e testar a sua recuperabilidade.

Esta profunda alteração que “reabriu” a discussão internacional sobre qual o melhor método de mensuração subsequente a adotar está essencialmente assente em dois argumentos (Rodrigues, 2006).

Por um lado, a maioria dos utilizadores da informação financeira não considera relevante a amortização do *goodwill* para a tomada de decisão na medida em que não produz informação relevante sobre potenciais *outflows* no futuro. Este argumento foi sustentado por Moehrle et al. (2001) que verificaram pouca evidência de que as amortizações do goodwill apresentassem valor relevante.

O segundo argumento relaciona-se com o facto de nem sempre se verificar uma diminuição do seu valor e, mesmo verificando, essa diminuição não ocorre de forma constante ao longo do tempo como sugere o método de amortização “linha reta”. Esta nova abordagem baseada no teste de imparidade permite apresentar um valor do *goodwill* mais ajustado com a real diminuição de valor ao invés do cálculo arbitrário da amortização (Wines, Dagwell, & Windsor, 2007).

Jenning et al. (2001) investigaram se a não-amortização do *goodwill* afeta a relevância dos resultados como indicador de valor para os investidores. A evidência por estes obtida demonstra que os resultados antes da aplicação da amortização do *goodwill* explicam de forma mais significativa as variações nos preços de mercado observadas. Desse modo, os autores sugerem que a eliminação da amortização não diminui a utilidade da informação financeira,

mas sim eliminam algum "ruído" introduzido por esta variável na análise dos resultados financeiros.

Dada a relevância desta alteração num dos normativos contabilísticos mais representativos a nível internacional, o IASB avançou com a revisão da norma IAS 22 ("Business Combinations") com o intuito de proceder à convergência dos normativos e harmonização das práticas contabilísticas diminuindo a diversidade contabilística decorrente desta alteração.

A IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais – tornou-se efetiva em 2004, substituindo a IAS 22 anteriormente aplicada. À semelhança do FASB, o IASB elimina das normas internacionais IFRS a amortização do *goodwill* implementado a obrigatoriedade da realização anula de testes de imparidade para estimar eventuais perdas de valor.

Apesar das semelhanças apresentadas, o US GAAP e as IFRS continuam a apresentar divergências quanto à forma como cada normativo estabelece que as perdas por imparidade devem ser testadas, reconhecidas e mensuradas (Ernst & Young LLP, 2019). Essas diferenças não serão analisadas no âmbito deste estudo, constituindo linhas de orientação para investigações futuras.

Esta nova abordagem foi também ela alvo de críticas. Uma das principais objeções apontadas é a de que este novo método de realização de testes para avaliar a recuperabilidade do valor reconhecido é altamente subjetivo e complexo permitindo aos preparadores da informação financeira aproveitar a discricionariedade da norma para efetuar práticas de manipulação de resultados ((Li & Sloan, 2017), (Ramanna & Watts, 2012), (Beatty & Weber, 2006)).

Li & Sloan (2017) estudaram o impacto das alterações introduzidas pela SFAS 142. Os resultados obtidos indicam que este normativo resultou na sobreavaliação da rúbrica do *goodwill* e no "diferimento" das perdas por imparidade. Com base nestes resultados, os autores sugerem que os preparadores financeiros exploram a discricionariedade permitida pelo modelo

de avaliação das imparidades definido no normativo SFAS 142 para manipular resultados e preços de mercado.

Ramanna & Watts (2012) também encontraram evidência que os preparadores financeiros usam a subjetividade da norma para adiar o reconhecimento de perdas por imparidade e inflacionar resultados.

A natureza subjetiva do *goodwill* e a complexidade do modelo de teste de imparidade coloca diversos desafios aos reguladores e supervisores na medida em que se torna difícil determinar a obrigatoriedade de reconhecer perdas por imparidade (Li & Sloan, 2017).

Recentemente, e como já referido, a UE introduziu uma alteração relevante no capítulo do tratamento contabilístico do *goodwill* com a entrada em vigor da Nova Diretiva da Contabilidade.

Em Junho de 2013 entrou em vigor a Diretiva 2013/34/UE sob a designação comum de Nova Diretiva da Contabilidade que estabelece regras e critérios que os Estados Membros devem ter em consideração na definição dos normativos contabilísticos locais (GAAP). Um característica importante é o afastamento, quer ao nível do conteúdo, quer ao nível do léxico, das normas internacionais de contabilidade (Correia, 2013).

A Nova Diretiva da Contabilidade define que os ativos intangíveis devem ser amortizados durante a sua vida útil sendo que, caso não seja possível determinar a sua vida útil com exatidão, os Estados-Membros deverão estabelecer um prazo máximo entre 5 a 10 anos que as empresas deverão considerar para amortização dos mesmos:

*“11. Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da sua vida útil. Em casos excepcionais em que não seja possível estimar de forma fiável a vida útil de despesas de *trespasse* ou despesas de desenvolvimento, tais ativos são amortizados dentro de um prazo máximo estabelecido pelo Estado-Membro. Este prazo máximo não pode ser inferior a*

cinco anos nem superior a 10 anos. É fornecida nas notas às demonstrações financeiras uma explicação do prazo durante o qual as despesas de trespasse são amortizadas.” (Diretiva 2013/34/EU).

Esta obrigação imposta pela UE aos Estados Membros reaviva o debate sobre o tratamento do *goodwill* trazendo de volta à discussão a possibilidade de amortização do *goodwill* anteriormente afastada.

2.2.2 A reintrodução da amortização do *goodwill*

No seguimento da contestação internacional sobre o modelo de testes de imparidade anuais do *goodwill*, o IASB reiniciou a discussão sobre o método de mensuração subsequente do *goodwill*, dando início em 2015 a um projeto de investigação (“*Goodwill and Impairment*”) que se encontra atualmente a decorrer.

Segundo Scott (2019) – membro do Conselho do IASB – o principal objetivo deste projeto consiste em investigar até que ponto é possível melhorar (a um custo razoável) a qualidade da informação financeira relativa às Concentrações de Atividades Empresariais.

Durante a revisão da implementação da IFRS 3, o IASB apurou que na opinião dos *stakeholders* o modelo de testes de imparidade anuais atualmente previsto na IFRS 3 é demasiado complexo e apresenta custos elevados para as empresas. Adicionalmente, refere que as perdas por imparidade não são reconhecidas num período adequado, existindo lugar a um desfasamento temporal no reporte destas perdas. Nesse sentido, alguns *stakeholders* defendem a reintrodução do modelo de amortização do *goodwill* enquanto um mecanismo simples que permite reduzir o risco de sobrevalorização do ativo e inflação dos resultados (Craig & Fang, 2019).

Apesar das críticas apresentadas, o IASB continua reticente em relação à reintrodução da amortização enquanto abordagem a adotar. As opiniões dos

membros do Conselho dividem-se uma vez que, ambas as alternativas apresentam limitações relevantes. Apesar da abordagem da amortização ser apresentada como uma solução para ultrapassar a questão do reconhecimento desfasado de perdas por imparidade e controlar os incentivos para a manipulação de resultados, alguns membros defendem que não é possível determinar com fiabilidade a vida útil a considerar, introduzindo assim arbitrariedade no processo.

Os membros do Conselho concordam, no entanto, que deveriam ser introduzidas alterações ao atual modelo de teste de imparidade anual previsto com o intuito de reduzir o custo e a complexidade da execução destes testes através da simplificação dos processos e requisitos delineados.

Em julho de 2019, o IASB e o FASB estiveram reunidos numa iniciativa conjunta para discutir estes aspetos relativos às Concentrações de Atividades Empresariais. Em 2014, o FASB introduziu alterações significativas à norma anteriormente em vigor, permitindo às empresas que aplicam o US GAAP optar pela amortização do *goodwill* num período máximo de 10 anos. Em maio de 2019, o FASB estendeu esta opção às empresas sem fins lucrativos.

Por esse motivo, o IASB considera relevante alargar a discussão à comunidade académica para que seja possível alcançar uma conclusão informada e que reúna o maior consenso possível sobre o melhor método a adotar considerando as suas consequências para a análise económica e financeira. Nesse sentido, está previsto para o início de 2020, a publicação de um *discussion paper* por parte do IASB.

Apesar de ainda não ter sido apresentada qualquer resolução sobre o tema, os principais organismos mundiais de relato financeiro (IASB e FASB) continuam a investigar qual o melhor método a adotar e até que ponto a reintrodução da amortização do *goodwill* nas normas internacionais seria benéfica para o relato financeiro.

Deste modo, constata-se a diversidade contabilística existente em torno do tema *goodwill*, sobretudo ao nível dos impactos da mesma para análise financeira.

No capítulo seguinte, prossegue-se com a apresentação da metodologia adotada para responder à questão de investigação em análise, que se prende em avaliar os impactos da amortização do *goodwill* na análise financeira. Esta investigação revela-se oportuna face ao debate apresentado, e também ao facto desta poder vir a ser uma das soluções a adotar de futuro pelo IASB e FASB, seguindo a posição da UE.

Capítulo 3: Metodologia

Este capítulo consiste na exposição e clarificação do método de trabalho adotado tendo em vista a prossecução dos objetivos e a questão de investigação em análise. Pretende-se deste modo descrever o processo de recolha e tratamento de dados, a caracterização da amostra selecionada e a metodologia aplicada.

3.1 Objetivo do estudo e questão de investigação

Esta investigação tem por objetivo analisar o impacto da diversidade contabilística na análise financeira, tendo por base a contabilização do *goodwill*, um dos principais itens de relato financeiro no qual se verifica maior heterogeneidade de tratamento. Esta disparidade foi introduzida em Portugal aquando da revisão do SNC na sequência da transposição da Diretiva da Contabilidade que obriga as empresas a amortizar o *goodwill* num prazo máximo de 10 anos (contrariando o princípio anteriormente definido nas normas nacionais, que apontava para a realização de testes de imparidade anuais obrigatórios).

Deste modo, pretende-se avaliar até que ponto esta alternativa tem implicações significativas na análise das demonstrações financeiras nomeadamente dos principais rácios financeiros das empresas.

Em suma, a questão de investigação à qual se pretende dar resposta com esta investigação é:

- A *“amortização do Goodwill”* apresenta um impacto significativo nos principais rácios financeiros?

3.2 Recolha de dados e seleção da amostra

Para a realização deste estudo foi utilizada a informação financeira de empresas retirada da base de dados SABI – base de dados que agrega a informação financeira de um alargado conjunto de empresas portuguesas e espanholas. Ao longo do processo de recolha de dados foram identificadas algumas limitações da base de dados, as quais serão de seguida apresentadas. Considerou-se relevante a exposição destas limitações na medida em que estas condicionaram a forma como foi conduzida a investigação (em particular a seleção da amostra a testar). Pretende-se assim contribuir para investigações futuras que requeiram o acesso a informação financeira semelhante.

3.2.1 Limitações da base de dados

Uma das principais limitações detetadas na base de dados SABI é o facto de não ser possível identificar com rigor o referencial contabilístico no qual estão expressas as demonstrações financeiras apresentadas. Esta limitação é particularmente relevante uma vez que a informação é essencial para estudos em que o tratamento da informação seja diferente consoante o referencial contabilístico que a empresa utiliza (como é o caso desta investigação). No caso específico das empresas portuguesas, a questão coloca-se em identificar se a informação é elaborada tendo por base SNC ou IFRS (modalidades previstas na legislação portuguesa).

Outra limitação identificada relaciona-se com o facto de a plataforma fornecer maioritariamente informações relativas às rúbricas agregadas das demonstrações financeiras, pelo que, informações relevantes constantes dos anexos aos relatórios de contas podem não estar disponíveis. No caso deste estudo em específico, não foi possível identificar as razões que originaram as variações no

valor do *goodwill* durante os anos analisados (por exemplo, se as mesmas decorrem de vendas de participações financeiras, perdas por imparidade, alterações no perímetro de consolidação, entre outras).

Adicionalmente, alguns dos campos selecionados (refira-se a título de exemplo, “*amortização do goodwill*”) apresentam como resultado “n.a.” não sendo possível determinar com fiabilidade se este campo não se aplica no caso específico selecionado (podendo ser considerado como nulo) ou se essa informação não está disponível na plataforma.

Por último, verificamos que as classificações apresentadas não são unânimes e consistentes, não sendo possível determinar com fiabilidade quais os elementos agregados em cada rúbrica. Por exemplo, em algumas empresas as perdas por imparidade são classificadas em outras rúbricas da demonstração de resultados que não “Imparidades em investimentos não amortizáveis” (caso, por exemplo, da GALP, uma das empresas analisadas). A SABI não fornece informação onde as perdas por imparidade do *goodwill* estão a ser reconhecidas, motivo pelo qual não é possível concluir que nos casos em que é apresentado um valor nulo em “Imparidades em investimentos não amortizáveis” não tenha existido reconhecimento de perdas por imparidade no *goodwill* ou em outros investimentos.

Assim, para ultrapassar as limitações enunciadas optou-se por redefinir a abordagem a adotar e, conseqüentemente, a amostra que consistia inicialmente em apenas empresas portuguesas (cotadas e não cotadas) que não procedessem à amortização do *goodwill*, utilizassem ou não o normativo nacional (que estaria a ser infringido) ou internacional (que prevê obrigatoriamente a não amortização de *goodwill*). Em face destas limitações a amostra em estudo passou a ser empresas cotadas em Portugal e em Espanha, como à frente se explicitará.

3.2.2 Seleção da amostra

Tendo em conta o objetivo da desta análise, e os pontos anteriormente referidos, definiu-se como amostra as empresas portuguesas cotadas uma vez que, no caso das empresas cotadas em Bolsa de Valores, as demonstrações financeiras consolidadas estão disponíveis para consulta.

Apesar das empresas cotadas (quanto às contas consolidadas) não poderem optar pela aplicação do normativo nacional² e, por isso, não poderem optar por esta alternativa (amortização do *goodwill*) considerou-se adequado selecionar as mesmas na medida em que este é um tema em análise pelo IASB, sendo por isso relevante avaliar até que ponto esta alteração teria impactos significativos.

Deste modo, para colmatar as “*imprecisões*” identificadas recorreu-se aos relatórios e contas das empresas selecionadas para obter a informação complementar à inicialmente extraída da SABI e definiu-se o seguinte critério de seleção:

- Empresas portuguesas cotadas com informação disponível a 31 de dezembro de 2018 que apresentem valor de *goodwill* positivo em 2018, para as quais seja possível obter informação para os últimos 10 anos (2008-2018).

A escolha do intervalo temporal apresentado relaciona-se com o período máximo durante o qual o *goodwill* deve ser amortizado (10 anos) conforme definido na Diretiva 2013/34/EU que introduziu no panorama europeu esta alternativa ao tratamento anteriormente aplicado.

Adicionalmente, optou-se por selecionar a informação consolidada em detrimento da individual na medida em que esta se afigura mais relevante para os utilizadores da informação financeira (Niskanen & Kinnunen, 1998), bem como pelo facto de ser maior a probabilidade de nestas demonstrações financeiras o *goodwill* se encontrar relevado separadamente no balanço.

² Regulamento 1606/2002 da UE

Após aplicar o critério definido, a amostra obtida foi de 25 empresas. Dado o número reduzido de empresas que cumprem os requisitos definidos optou-se por expandir a amostra às empresas espanholas do IBEX 35 que cumpram os mesmos requisitos, para, desta forma, ser aumentado a robustez e significância estatística dos testes.

A amostra final é assim constituída por 42 empresas (25 portuguesas e 17 espanholas).

Os dados recolhidos referentes aos anos em análise, serviram de base para apurar o impacto acumulado nas demonstrações e nos rácios financeiros de 2018, captando, deste modo, os efeitos da amortização no período máximo em que o *goodwill* seria amortizado.

3.3 Método

3.3.1 Modelo Teórico

Para desenvolver a análise teve-se em consideração o contributo de Lainez et Callao (2000) que investigaram o impacto da diversidade contabilística na interpretação da informação financeira a nível internacional e, consequentemente, nas decisões tomadas com base na análise dessas mesmas informações.

Os autores avaliaram o impacto do uso dos normativos contabilísticos de 6 países (França, Alemanha, Japão, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos) nos principais indicadores da análise financeira (liquidez, solvabilidade, endividamento e rentabilidade). Para isso, identificaram e categorizaram as principais diferenças existentes no tratamento de 10 itens de relato financeiro e aplicaram-nas às demonstrações financeiras das 30 maiores empresas espanholas cotadas em bolsa em 1993 (IBEX 35).

A metodologia por estes adotada consistiu em avaliar separadamente os efeitos individuais e combinados. Os autores ajustaram individualmente (e em conjunto) os diversos elementos das demonstrações financeiras para os quais tinham identificado diferenças de tratamento significativas e com base nessa informação recalcularam os rácios financeiros.

Para avaliar a significância estatística dos ajustamentos efetuados (individuais e combinados) ao nível dos rácios financeiros, os autores aplicaram o teste não paramétrico *Wilcoxon Signed Rank Test* que permite analisar diferenças entre duas condições no mesmo grupo de sujeitos (Pestana & Gageiro, 2014), sendo eficaz e adequado para aplicar a amostras reduzidas. As hipóteses nulas a testar foram:

H₀: Não existem diferenças significativas no rácio t sob as alternativas disponíveis para o tratamento do item A_j . ($t = 1, \dots, 4$ e $j = 1, \dots, 10$).

Este teste assenta na igualdade de médias, ou seja, a hipótese nula é que a média de cada rácio seja igual aplicando ambas as alternativas consideradas.

À semelhança do processo descrito por Lainez & Callao (2000), definiu-se como item de relato financeiro a analisar o *goodwill* e selecionou-se como alternativas de contabilização a amortização por oposição ao teste de imparidade anual.

A primeira fase do tratamento de dados consistiu na recolha (através dos relatórios de contas) da informação sobre os movimentos contabilísticos efetuados na rubrica de *goodwill* durante os anos em análise. Obtidos os dados, procedeu-se aos ajustamentos da informação financeira de modo a incorporar o tratamento alternativo a investigar.

Para esse efeito, recorreu-se aos critérios enunciados no normativo nacional (SNC).

A NCRF 14 – Concentração de Atividades Empresariais refere o seguinte:

“Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais pelo custo menos amortizações acumuladas, menos qualquer perda por imparidade acumulada. O goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais deve ser amortizado, nos termos da NCRF 6, no período da sua vida útil (ou em 10 anos³, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade). Além disso, a adquirente deve testá-lo quanto a imparidade se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 — Imparidade de Ativos.” (§45 e 46 NCRF 14).

Com base nestas definições, simulou-se para os anos em análise, o valor do *goodwill* a reconhecer após a amortização considerando uma vida útil de 10 anos. Para efeitos do cálculo da amortização, foi adicionado o valor das perdas por imparidade reconhecidas ao valor do *goodwill* (para cada ano) e foi reduzido em um décimo o valor a reconhecer e assim sucessivamente tendo sempre em consideração o efeito acumulado.

Neste estudo, optou-se por não considerar o efeito das imparidades reconhecidas uma vez que na generalidade dos casos analisados as mesmas se deverão à realização de testes obrigatórios e não à existência de indícios de que o mesmo se encontraria em imparidade (conforme previsto na NCRF 12 – Imparidade de Ativos).

Por fim, tivemos também em atenção o aumento do valor por aquisição de participações financeiras, amortizando este “novo” *goodwill* em separado (considerando uma vida útil de 10 anos a partir do momento da aquisição).

Estes ajustamentos impactam a rubrica de balanço “Goodwill” (*Ativo Não Corrente*) por contrapartida de:

- Resultados Transitados (*Capital Próprio*) na proporção dos ajustamentos referentes aos anos anteriores (2008-2017);

³ Esta disposição foi introduzida pela Nova Diretiva da Contabilidade pelo que se aplica igualmente às empresas espanholas.

- Gastos com depreciação e amortização – (*Resultado Líquido do Exercício*) – na proporção das amortizações do exercício (2018).

Para efeitos deste estudo, considerou-se como impacto no resultado líquido do exercício o equivalente a um décimo do efeito acumulado apurado uma vez que apenas iremos analisar os impactos num ano em específico (2018).

Após efetuados estes ajustamentos, passou-se ao apuramento dos rácios financeiros em análise.

3.3.2 Seleção das variáveis

À semelhança de Lainez & Callao (2000), incide-se a análise nos principais indicadores de análise financeira relacionados com rentabilidade económica e financeira e estrutura de financiamento das empresas. A tabela seguinte (tabela 4) apresenta os rácios financeiros que serviram de base à investigação.

Tabela 4: Rácios Financeiros

Rácios	Fórmula
Solvabilidade	Capital Próprio/Total do Passivo
Endividamento	Total Passivo/Total Ativo
Autonomia Financeira	Capital Próprio/Total do Ativo
Rentabilidade do Ativo (%) - (ROA)	Resultado Líquido/Ativo
Rentabilidade das Vendas e Serviços Prestados (%)	Resultado Líquido/Vendas
Rentabilidade do Capital Próprio (%) - (ROE)	Resultado Líquido/Capitais Próprios

Fonte: Própria

Para esta investigação, não foi considerado como indicador a testar o rácio de liquidez geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente) uma vez que os ajustamentos efetuados no *goodwill* não acarretaram impacto no cálculo do mesmo.

Conforme mencionado, as hipóteses nulas a testar através do teste Wilcoxon Signed Rank Test são:

H_0 : Não existem diferenças significativas no rácio R_t após amortização do *goodwill*. ($t=1, \dots, 4$)

O efeito destes ajustamentos será testado individualmente para cada país e, numa segunda fase, considerando os resultados conjuntos de ambos os países.

Capítulo 4: Análise de Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados das análises efetuadas. Numa primeira fase apresentam-se as estatísticas descritivas da amostra selecionada e, em seguida, os resultados dos testes estatísticos efetuados.

4.1 Estatística descritiva

A tabela 5 apresenta a estatística descrita das principais rubricas das Demonstrações Financeiras que serviram de base ao cálculo das variáveis.

Tabela 5: Estatísticas descritas das principais rubricas das Demonstrações Financeiras Consolidadas (2018)

Rúbricas (EUR 2018)	Média	Mediana	Max	Min	Desvio-Padrão
Goodwill					
Espanha	3 250 346 118	811 927 000	25 748 000 000	1 872 000	6 019 629 570
Portugal	207 862 712	68 000 994	2 251 461 000	347 082	451 511 655
Total do Ativo					
Espanha	25 416 989 762	12 477 046 000	114 047 000 000	1 196 169 000	32 324 447 017
Portugal	3 601 812 943	801 795 000	41 626 960 000	112 388 279	8 280 325 020
Total do Capital Próprio					
Espanha	8 294 305 810	3 495 138 000	43 976 554 000	486 748 000	11 349 898 068
Portugal	1 227 954 690	235 598 910	12 900 327 000	-49 725 514	2 709 579 670
Total do Passivo					
Espanha	17 122 683 952	7 780 442 000	87 067 000 000	291 364 000	22 014 971 877
Portugal	2 373 858 253	413 586 645	28 726 633 000	74 386 520	5 644 205 722
Vendas e Prestações de Serviços					
Espanha	13 517 868 476	4 935 700 000	49 873 000 000	835 716 000	15 992 076 139
Portugal	2 082 682 685	508 799 421	17 182 000 000	31 553 849	4 360 314 115
Resultado Líquido do Exercício					
Espanha	838 005 286	460 000 000	3 950 000 000	-2 586 000 000	1 357 750 369
Portugal	126 221 426	23 321 938	892 000 000	-3 818 751	235 478 298

Fonte: Própria

Através da tabela apresentada, pode-se constatar a disparidade entre a dimensão das empresas e a realidade económica dos dois países. Esta disparidade pode ser facilmente comprovada não apenas pela diferença dos valores absolutos que constituem cada rúbrica, mas também através dos valores de desvio padrão muito elevados, dentro de cada país. O total do Ativo apresentado pelas portuguesas e espanholas em análise é (em média) de 3.601 mil milhões e 25.416 mil milhões de euros, respetivamente (sendo a mediana de 801 milhões e 12.477 mil milhões respetivamente).

Tabela 6: Peso do Goodwill no Total do Ativo (%) das empresas (2018)

Rúbricas (Média)	Portugal	Espanha
Goodwill	207 862 712	3 250 346 118
Total do Ativo	3 601 812 943	25 416 989 762
Goodwill (%)	16%	12%

Fonte: Própria

Nota: O valor apresentado em goodwill (%) corresponde à média dos valores apurados individualmente por empresa (Goodwill/Total do Ativo).

Como se pode verificar na tabela 6, o *goodwill* apresenta um peso mais significativo nas empresas portuguesas (16% do total de ativo) do que nas empresas espanholas (12% do total de ativo).

Uma vez apresentadas as principais rúbricas das demonstrações financeiras, evidencia-se de seguida as estatísticas descritivas das variáveis: rácios financeiros (tabela 7).

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de as empresas conseguirem cumprir as suas obrigações e compromissos, a médio longo prazo, através do recurso à sua estrutura de capitais próprios. O elevado valor de desvio-padrão apresentado na tabela 7 (1,28) revela uma grande variabilidade dos valores das observações em relação à média o que sugere que a média é influenciada por *outliers*, sendo a mediana uma boa alternativa para analisar estas diferenças. Este

resultado sugere que as empresas analisadas revelam estruturas de financiamento dispare, sendo que algumas empresas revelam uma maior dependência de crédito do que outras. De salientar que as empresas analisadas apresentam negócios muito diversificados o que justifica as diferenças verificadas.

Tabela 7: Estatísticas descritivas dos rácios financeiros analisados (2018)

Rácios	Média	Mediana	Max	Min	Desvio-Padiao
Solvabilidade (%)					
Real	0,7954	0,5099	8,4161	-0,1346	1,2849
Ajustado	0,5952	0,3883	8,1241	-0,5527	1,2702
<i>Variacão</i>	-0,2002	-0,1216	-0,2920	-0,4181	-0,0147
<i>Variacão %</i>	-25%	-24%	-3%	311%	-1%
Endividamento (%)					
Real	0,6480	0,6623	1,1555	0,1062	0,1722
Ajustado	0,7900	0,7203	2,2357	0,1096	0,3619
<i>Variacão</i>	0,1419	0,0580	1,0802	0,0034	0,1898
<i>Variacão %</i>	22%	9%	93%	3%	110%
Autonomia Financeira (%)					
Real	0,3520	0,3377	0,8938	-0,1555	0,1722
Ajustado	0,2100	0,2797	0,8904	-1,2357	0,3619
<i>Variacão</i>	-0,1419	-0,0580	-0,0034	-1,0802	0,1898
<i>Variacão %</i>	-40%	-17%	0%	695%	110%
Rentabilidade do Ativo (ROA) (%)					
Real	0,0485	0,0385	0,2701	-0,0636	0,0535
Ajustado	0,0353	0,0330	0,2704	-0,1611	0,0700
<i>Variacão</i>	-0,0132	-0,0055	0,0002	-0,0975	0,0165
<i>Variacão %</i>	-27%	-14%	0%	153%	31%
Rentabilidade das Vendas e Serviços Prestados (%)					
Real	0,1016	0,0729	0,5471	-0,1210	0,1261
Ajustado	0,0780	0,0500	0,5468	-0,2525	0,1383
<i>Variacão</i>	-0,0236	-0,0230	-0,0003	-0,1314	0,0121
<i>Variacão %</i>	-23%	-32%	0%	109%	10%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)					
Real	0,1308	0,1388	0,5358	-0,1759	0,1294
Ajustado	0,1635	0,1462	1,1162	-1,1792	0,3890
<i>Variacão</i>	0,0327	0,0074	0,5804	-1,0034	0,2596
<i>Variacão %</i>	25%	5%	108%	571%	201%

Fonte: Própria

Legenda: Os rácios apresentados como “real” correspondem aos valores obtidos com base nos Relatórios & Contas Consolidados de 2018. Os rácios “ajustados” correspondem aos rácios obtidos após os ajustamentos efetuados (amortização do goodwill).

Ao analisar este indicador em conjunto com o rácio de endividamento (65%, em média) pode-se concluir que as empresas em causa apresentam uma estrutura de capitais predominantemente alheios, o que justifica o nível de autonomia financeira apresentado (35%, em média).

Ao nível da rentabilidade económica, sendo este um indicador de eficiência que avalia o desempenho dos capitais totais das empresas, verifica-se que a rentabilidade do ativo se situa, em média, nos 5% o que indica que as empresas geram, em média, 5 euros de retorno por cada 100 euros investidos.

Por último, os indicadores de rentabilidade financeira medem a eficiência das empresas em gerarem retorno. Assim, verifica-se que as empresas analisadas conseguem gerar, em média, cerca de 10 euros de retorno por cada 100 euros de vendas e prestações de serviços realizadas (rentabilidade das vendas (%)) e cerca de 13 euros de retornos por cada 100 euros investidos pelos acionistas (rentabilidade dos capitais próprios (ROE) (%)).

Com a introdução da amortização do *goodwill* verifica-se uma diminuição dos principais rácios financeiros que têm por base o total de ativo, o capital próprio e o resultado líquido (valores ajustados). Apenas os rácios de endividamento e de rentabilidade do capital próprio apresentam uma variação positiva.

O ligeiro agravamento do rácio de endividamento relaciona-se com o facto de que o ativo diminui sem que existam alterações no passivo. No caso da ROE, a variação verificada resulta do facto da diminuição do resultado líquido do período (efeito isolado) ser inferior à redução do capital próprio (efeito acumulado). Esta variação não se verifica no ROA uma vez que, apesar do impacto em capital próprio ser igual ao impacto no total do ativo, o total de capital próprio é inferior ao total do ativo o que significa que a mesma variação

absoluta terá um impacto relativo superior em capitais próprios justificando assim esta variação.

O indicador que apresenta uma maior alteração decorrente dos ajustamentos efetuados é o rácio de autonomia financeira no qual se verifica a principal variação percentual (em média).

4.2 Análise dos resultados estatísticos

Após apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis em análise, apresentamos de seguida a análise dos resultados obtidos após execução do teste *Wilcoxon Signed Rank* para testar as hipóteses nulas.

Através da tabela 8, verifica-se que na maioria dos cenários a hipótese nula é rejeitada a um nível de significância de 1%. Nesse sentido, podemos concluir que a alteração do normativo e dos critérios aplicados tem um impacto significativo nos rácios analisados.

Para as empresas portuguesas, as diferenças de tratamento são significativas a um nível de significância de 1% para todos os rácios, com exceção do rácio de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) para o qual a alternativa estudada não apresenta significância estatística. Em Espanha, as diferenças são significativas a um nível de 1% nos rácios de solvabilidade, endividamento, autonomia financeira e rentabilidade das vendas. No caso espanhol, o rácio de rentabilidade do ativo (ROA) e dos capitais próprios (ROE) apenas são significativamente afetados a um nível de significância de 5% e 10%, respetivamente.

Considerando o efeito destes ajustamentos na amostra total, verifica-se que o impacto é significativo a um nível de 1% para todos os indicadores com exceção do ROE para o qual a amortização do *goodwill* não apresenta um impacto significativo.

Ao nível dos valores das estatísticas de teste, o coeficiente dos rácios de solvabilidade, autonomia financeira e endividamento tende a ser igual na medida em que os impactos analisados ocorrem nas mesmas rúbricas (Ativo e/ou Capital Próprio).

Tabela 8: Resultados obtidos através do Wilcoxon Signed Rank Test

Portugal				
	Média ("Impairment")	Média ("Amortização")	Coefficiente	P-Value
Solvabilidade (%)	0,882	0,637	-4,238	<0,0001 ***
Endividamento (%)	0,6484	0,8481	4,238	<0,0001 ***
Autonomia Financeira (%)	0,352	0,152	-4,238	<0,0001 ***
Rentabilidade do Ativo (ROA) (%)	0,045	0,025	-3,592	0,0003 ***
Rentabilidade das vendas (%)	0,093	0,062	-4,238	<0,0001 ***
Rentabilidade (ROE) (%)	0,112	0,085	0,605	0,5449
Espanha				
	Média ("Impairment")	Média ("Amortização")	Coefficiente	P-Value
Solvabilidade	0,668	0,534	-4,015	0,0010 ***
Endividamento	0,648	0,704	4,015	0,0008 ***
Autonomia Financeira	0,352	0,296	-4,015	0,0008 ***
Rentabilidade (ROA)	0,053	0,050	-2,798	0,0129 **
Rentabilidade das vendas	0,115	0,102	-2,798	0,0008 ***
Rentabilidade (ROE)	0,158	0,279	-1,929	0,0929 *
Portugal e Espanha				
	Média ("Impairment")	Média ("Amortização")	Coefficiente	P-Value
Solvabilidade	0,795	0,595	-5,900	<0,0001 ***
Endividamento	0,648	0,790	5,900	<0,0001 ***
Autonomia Financeira	0,352	0,210	-5,900	<0,0001 ***
Rentabilidade do Ativo (ROA)	0,048	0,035	-4,987	<0,0001 ***
Rentabilidade das vendas	0,102	0,078	-4,916	<0,0001 ***
Rentabilidade dos capitais Próprios (ROE)	0,131	0,164	-3,644	0,1195

Nota: *, ** e *** Estatisticamente significativo a um nível de 10%, 5% e 1% (respetivamente)

Fonte: Própria

Verifica-se ainda que os coeficientes da maioria dos rácios (exceção do endividamento e do ROE) apresenta um valor negativo, sugerindo que as empresas ao amortizar o *goodwill* apresentam indicadores financeiros com

valores inferiores quando comparados com os valores obtidos aplicando o modelo alternativo.

O coeficiente positivo associado ao ROE relaciona-se com o facto da diminuição percentual do resultado líquido do exercício ser inferior à diminuição percentual do capital próprio uma vez que o resultado do período apenas é afetado na proporção das depreciações do exercício.

Estes resultados encontram-se em linha com as conclusões apresentadas por Lainez et Callao (2000) aquando do estudo dos impactos da diversidade contabilística na análise financeira, ainda que as características testadas não sejam concretamente as mesmas. Com este estudo, conclui-se que a reintrodução da amortização do *goodwill* apresenta um impacto significativo nos principais indicadores da análise financeira.

Os resultados apresentados vão também ao encontro das evidências obtidas em estudos anteriores (Hamberg et al. (2011) e Ramanna & Watts (2012)) que sugerem que o modelo de *impairment* potencia o reporte de resultados superiores quando comparado com o modelo de amortização do *goodwill* o que, conseqüentemente, inflaciona os rácios obtidos com base nesses indicador (por exemplo, os rácios de rentabilidade das vendas e do ativo (ROA) conforme analisado).

Capítulo 5: Conclusão

Apesar da preocupação demonstrada pelos principais organismos reguladores (IASB e EU) em harmonizar as práticas contabilísticas aplicáveis, a diversidade contabilística continua a ser uma constante na realidade económica europeia.

A complexificação e desmaterialização das operações à escala global introduziram novas variáveis e novos desafios no que respeita à contabilização e reporte da informação financeira. O elevado grau de subjetividade destes tópicos que carecem de julgamento profissional origina uma multiplicidade de questões relativamente ao seu tratamento contabilístico.

Um dos tópicos em que esta diversidade é visível é a contabilização do *goodwill* originado em concentrações de atividades empresariais.

A mensuração subsequente do *goodwill* tem suscitado um intenso debate entre as diversas instituições e utilizadores da informação financeira na medida em que, não existe consenso sobre qual o método/abordagem que permite obter informação com *melhor* qualidade. Uma das hipóteses em discussão pelo IASB é a reintrodução da amortização por oposição aos testes de imparidade anuais atualmente previstos.

Na União Europeia esta alternativa foi introduzida aquando da implementação da Nova Diretiva da Contabilidade que impõe aos Estados-Membros a introdução da amortização do *goodwill* nos seus normativos contabilísticos locais.

Com base nesta discussão, a questão de investigação à qual se pretendeu responder foi saber até que ponto a amortização do *goodwill* teria um impacto significativo nos principais rácios financeiros e por consequência na análise financeira.

Para responder a esta questão, teve-se por base a metodologia proposta por Lainez & Callao (2000) que analisaram os impactos decorrentes da adoção de diferentes critérios contabilísticos aplicando o teste não paramétrico Wilcoxon Signed Rank Test que permite analisar diferenças entre duas condições no mesmo grupo de sujeitos, sendo o mesmo adequado para testar amostras reduzidas.

Ao longo do processo de recolha de dados, identificaram-se algumas limitações da base de dados utilizada (SABI) que condicionaram a seleção da amostra, nomeadamente, o facto de a plataforma não permitir a identificação do referencial contabilístico no qual se encontra expressa a informação. Adicionalmente, verificou-se que a plataforma não apresenta com clareza o significado de algumas designações bem como das classificações efetuadas (por exemplo, em rúbricas agregadoras das demonstrações financeiras).

Nesse sentido, definiu-se como amostra a testar as empresas portuguesas e espanholas cotadas que apresentaram valor de *goodwill* positivo em 2018, para as quais fosse possível obter informação para os últimos 10 anos (2008-2018).

Os dados recolhidos referentes aos anos em análise serviram de base para apurar o impacto acumulado nas demonstrações e nos rácios financeiros de 2018, captando, deste modo, os efeitos da amortização no período máximo em que o *goodwill* seria amortizado conforme definido na Diretiva 2013/34/EU.

Após testados os ajustamentos efetuados, verificou-se que as diferenças analisadas apresentam um impacto significativo⁴ em todos os rácios financeiros analisados (solvabilidade, endividamento, autonomia financeira e rentabilidade do ativo e das vendas) à exceção da rentabilidade dos capitais próprios. A maioria dos coeficientes obtidos nas estatísticas de teste apresentam um valor negativo (à exceção do rácio de endividamento e ROE) o que sugere as empresas ao amortizarem o *goodwill* apresentam indicadores financeiros com valores

⁴ A um nível de significância estatística de 1%.

inferiores quando comparados com os valores obtidos aplicando o modelo alternativo.

Os resultados obtidos nesta investigação encontram-se em linha com as conclusões apresentadas por Lainez et Callao (2000) na medida em que revelam que a aplicação de critérios contabilísticos diferentes não é inócua para a análise financeira dos principais indicadores económico-financeiros das empresas.

As conclusões identificadas reforçam igualmente estudos anteriores (como Hamberg, Paananen, & Novak (2011) e Ramanna & Watts (2012)) que sugerem que o modelo de *impairment* atualmente em vigor nas normas internacionais potencia o reporte de resultados inflacionados que distorcem os rácios financeiros apresentados.

Com base nos resultados obtidos, é possível constatar que a atual instabilidade contabilística introduz “ruído” na análise da informação financeira o que acarreta custos acrescidos para os utilizadores da informação pelo que é defensável a estabilidade das normas a nível internacional.

Os resultados obtidos e as conclusões apresentadas devem ser encarados tendo em conta a amostra testada e as limitações anteriormente apresentadas. O teste apresentado não permite quantificar os impactos reais da introdução da amortização do *goodwill* uma vez que apenas considera as empresas cotadas, deixando de fora da análise as restantes empresas que podem optar voluntariamente pela adoção do normativo internacional por oposição ao normativo local.

Neste sentido, considera-se que seria interessante em investigações futuras quantificar os impactos desta alternativa na realidade das empresas portuguesas (e espanholas) considerando como amostra as empresas não cotadas que podem optar por um dos dois normativos apresentados (local ou internacional). Outra opção seria a simulação dos impactos da introdução da amortização do *goodwill* sob diversas hipóteses (por exemplo, vidas úteis diferentes) contribuindo, desta

forma, para o debate atual sobre a possível reintrodução da amortização nos normativos internacionais. De igual forma, a análise das principais divergências existentes entre os testes de imparidade atualmente previstos em IFRS e US GAAP constitui uma linha para investigação futura sendo esta a principal alternativa apresentada em oposição ao modelo de amortização.

Bibliografia

- Barniv, R., & Fetyko, D. (1997). Attitudes of CPAs and financial executives toward harmonization of international accounting standards: An analytical and empirical examination. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 6(2), 149-169.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., Young, D., & Zhuang, Z. (2014). Relevance of Differences between Net Income based on IFRS and Domestic Standards for European Firms. *Journal of Business Finance & Accounting*, 41(3-4), 297-327.
- Bartov, E., Goldberg, S. R., & Myungsun, K. (2005). Comparative Value Relevance Among German, U.S., and International Accounting Standards: A German Stock Market Perspective. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 20(2), 95-119.
- Beatty, A., & Weber, J. (2006). Accounting Discretion in Fair Value Estimates: An Examination of SFAS 142 Goodwill Impairments. *Journal of Accounting Research*, 44(2), 257-288.
- Brunovs, R., & Kirsch, J. (1992). Goodwill accounting in selected countries and the harmonization of international accounting standards. *Abacus*, 27(2), 135-161.
- Choi, F. S., Hino, H., Min, S. M., Nam, S. N., Ujiie, J., & Stonehill, A. I. (1983). Analyzing Foreign Financial Statements: The Use and Misuse of

- International Ratio Analysis. *Journal of International Business Studies*, 14(1), 113-131.
- Christensen, H. B., Lee, E., Martin, W., & Zeng, C. (2015). Incentives or Standards: What Determines Accounting Quality Changes around IFRS Adoption? *European Accounting Review*, 24(1), 31-61.
- CNC. (2015). Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14 "Concentrações de Atividades Comerciais". *Diário da República*, 2ª série, 146.
- Comissão Europeia. (2002). Regulamento 1606/2002 relativo à aplicação das normas internacionais. *Jornal Oficial L 243*, 1-4.
- Comissão Europeia. (2013). Diretiva 2013/34/UE relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas. *Jornal Oficial da União Europeia*, L182, 19-76. Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu>
- Cooke, T. E. (1993). The Impact of Accounting Principles on Profits: The US versus Japan. *Accounting and Business Research*, 23(92), 460-476.
- Correia, L. A. (2013). Publicada Finalmente a nova diretiva da Contabilidade. *Revisores e Auditores*(61), pp. 47-54.
- Craig, T., & Fang, D. (2019). *Goodwill and Impairment | Reintroduction of amortisation of goodwill*. IASB Meetings - Staff Paper.
- De George, E. T., Li, X., & Shivakumar, L. (2016). A review of the IFRS adoption literature. *Review of Accounting Studies*, 21(3), 894-1004.
- Ernst & Young LLP. (2019). *US GAAP versus IFRS: The Basics*. Ernst & Young LLP. Retrieved from <https://www.ey.com/ul/en/accountinglink/publications-library-us-gaap-vs--ifrs--the-basics>
- Falk, H., & Gordon, L. A. (1977). Imperfect markets and the nature of goodwill. *Journal of Business, Finance & Accounting*, 4(4), 443-462.
- FASB. (2001). SFAS 142 "Goodwill and Other Intangible Assets".

- FASB. (2014). Accounting Standards Update No. 2014-02. *Intangibles – Goodwill and Other (Topic 350): Accounting for Goodwill*.
- FASB. (2019). Accounting Standards Update No. 2019-06. *Intangibles – Goodwill and Other (Topic 350), Business Combinations (Topic 805) and Not-for-Profit Entities (Topic 958)*.
- Frost, C. A. (1994). Discussion of The Effects of Accounting Diversity: Evidence from the European Union. *Journal Of Accounting Research*, 32(3), 169-175.
- Godfrey, J., & Koh, P.-S. (2008). The Relevance to Firm Valuation of Capitalising Intangible Assets in Total and by Category. *Australian Accounting Review*, 11(24), 39-48.
- Gray, S. J. (1980). The Impact of International Accounting Differences from a Security-Analysis Perspective: Some European Evidence. *Journal of Accounting Research*, 18(1), 64-76.
- Hamberg, M., Paananen, M., & Novak, J. (2011). The Adoption of IFRS 3: The Effects of Managerial Discretion and Stock Market Reactions. *European Accounting Journal*, 20(2), 263-288.
- Hellman, N. (1993). A comparative analysis of the impact of accounting differences on profits and return on equity: Differences between Swedish practice and US GAAP. *European Accounting Review*, 2(3), 495-530.
- Horton, J., & Serafeim, G. (2010). Market reaction to and valuation of IFRS reconciliation adjustments: first evidence from the UK. *Review of Accounting Studies*, 15(4), 725-751.
- Hung, M., & Subramanyam, K. R. (2007). Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. *Review of Accounting Studies*, 12(4), 623-657.
- IASB. (2004). Norma Internacional de Relato Financeiro 3 “Concentração de atividades empresariais”. *Jornal Oficial da União Europeia L392*, 4-36.

- Jennings, R., LeClere, M., & Thompson II, R. B. (2001). Goodwill Amortization and the Usefulness of Earnings. *Financial Analysts Journal*, 57(5), 20-28.
- Joos, P., & Lang, M. (1994). The Effects of Accounting Diversity - Evidence from the European Union. *Journal of Accounting Research*, 32, 141-168.
- Lainez, J. A., & Callao, S. (2000). The effect of accounting diversity on international financial analysis: empirical evidence. *The International Journal of Accounting*, 35(1), 65-83.
- Lantto, A.-M., & Sahlstrom, P. (2009). Impact of International Financial Reporting Standard adoption on key financial ratios. *Accounting and Finance*, 49(2), 341-361.
- Li, K. K., & Sloan, R. (2017). Has goodwill accounting gone bad? *Review of Accounting Studies*, 22(2), 964-1003.
- Moehrle, S., Wallace, J. S., & Reynolds-Moehrle, J. A. (2001). How Informative Are Earnings Numbers That Exclude Goodwill Amortization? *Accounting Horizons*, 15(3), 243-255.
- Niskanen, J., & Kinnunen, J. (1998). A note on the information content of parent company versus consolidated earnings in Finland. *European Accounting Review*, 7(1), 31-40.
- Nobes, C. (1992). A Political History of Goodwill in the U.K.: An Illustration of Cyclical Standard Setting. *Abacus*, 28(2), 142-167.
- Norton, J. (1995). The Impact of Financial Accounting Practices on the Measurement of Profit and Equity: Australia Versus the United States. *Abacus*, 31(2), 178-200.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para as ciências sociais: A complementariedade do SPSS* (6^ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ramanna, K., & Watts, R. L. (2012). Evidence on the Use of Unverifiable Estimates in Required Goodwill Impairment. *Review of Accounting Studies*, 17(4), 749-780.

Rodrigues, A. M. (2006). *O goodwill nas contas consolidadas* (5^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Scott, T. (2019). Better information about business combinations. *IFRS: In brief*, 1-6.

Wines, G., Dagwell, R., & Windsor, C. (2007). Implications of the IFRS goodwill accounting treatment. *Managerial Auditing Journal*, 22(9), 862-880.

Anexos

Anexo I – Identificação dos Relatórios e Contas Utilizados

País	Empresa	R&C Utilizado
Portugal	Galp Energia, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Edp - Energias De Portugal, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Sonae - S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Mota - Engil, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Semapa - Sociedade De Investimento E Gestão, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	The Navigator Company, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Teixeira Duarte, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Inapa - Investimentos, Participações E Gestão, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Altri, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Ren - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Ctt - Correios De Portugal, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Toyota Caetano Portugal, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Ibersol - S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Sonae Capital - S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Martifer - S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Grupo Media Capital - S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	ImpreS.A - Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Sonaecom - S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Ramada - Investimentos E Indústria, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Vaa - Vista Alegre Atlantis, S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Cofina - S.G.P.S., S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Portugal	Reditus - Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Repsol S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Telefonica, S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Acs, Actividades De Construccion Y Servicios, S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Iberdrola, Sociedad Anonima	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Naturgy Energy Group S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	International Consolidated Airlines Group S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	EndeS.A S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Ferrovial S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Acerinox, S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Amadeus It Group S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Grifols S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Aena S.M.E. S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018

Espanha	Cie Automotive, S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Indra Sistemas, Sociedad Anonima	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Enagas S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Mediaset España Comunicacion S.A	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018
Espanha	Ence Energia Y CeluloS.A S.A.	R&C 2008, R&C 2007; (...), R&C 2018

Anexo II – Estatísticas descritivas dos rácios financeiros (Portugal)

Rácios	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-Padiao
Solvabilidade (%)					
Real	0,8816	0,5241	8,4161	-0,1346	1,5722
Ajustado	0,6367	0,3558	8,1241	-0,5527	1,5886
<i>Variação</i>	-0,2450	-0,1683	-0,2920	-0,4181	0,0164
<i>Variação %</i>	-28%	-32%	-3%	311%	1%
Endividamento (%)					
Real	0,6484	0,6562	1,1555	0,1062	0,1933
Ajustado	0,8481	0,7564	2,2357	0,1096	0,4380
<i>Variação</i>	0,1998	0,1003	1,0802	0,0034	0,2447
<i>Variação %</i>	31%	15%	93%	3%	127%
Autonomia Financeira (%)					
Real	0,3516	0,3438	0,8938	-0,1555	0,1933
Ajustado	0,1519	0,2436	0,8904	-1,2357	0,4380
<i>Variação</i>	-0,1998	-0,1003	-0,0034	-1,0802	0,2447
<i>Variação %</i>	-57%	-29%	0%	695%	127%
Rentabilidade do Ativo (ROA) (%)					
Real	0,0452	0,0316	0,2701	-0,0223	0,0576
Ajustado	0,0250	0,0239	0,2704	-0,1611	0,0785
<i>Variação</i>	-0,0202	-0,0077	0,0002	-0,1388	0,0210
<i>Variação %</i>	-45%	-24%	0%	623%	36%
Rentabilidade das Vendas e Serviços Prestados (%)					
Real	0,0928	0,0538	0,5471	-0,1210	0,1368
Ajustado	0,0618	0,0432	0,5468	-0,2525	0,1531
<i>Variação</i>	-0,0310	-0,0106	-0,0003	-0,1314	0,0164
<i>Variação %</i>	-33%	-20%	0%	109%	12%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)					
Real	0,1121	0,1027	0,5358	-0,1429	0,1309
Ajustado	0,0852	0,1125	0,7138	-1,1792	0,4156
<i>Variação</i>	-0,0269	0,0098	0,1780	-1,0363	0,2847
<i>Variação %</i>	-24%	10%	33%	725%	218%

Anexo III – Estatísticas descritivas dos rácios financeiros (Espanha)

Rácios	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-Padiao
Solvabilidade (%)					
Real	0,6685	0,4685	3,1054	0,2031	0,6453
Ajustado	0,5342	0,4584	2,3151	0,0142	0,5179
<i>Variação</i>	-0,1343	-0,0101	-0,7903	-0,1889	-0,1274
<i>Variação %</i>	-20%	-2%	-25%	-93%	-20%
Endividamento (%)					
Real	0,6475	0,6809	0,8312	0,2436	0,1353
Ajustado	0,7045	0,6857	0,9860	0,3017	0,1709
<i>Variação</i>	0,0569	0,0047	0,1549	0,0581	0,0357
<i>Variação %</i>	9%	1%	19%	24%	26%
Autonomia Financeira (%)					
Real	0,3525	0,3191	0,7564	0,1688	0,1353
Ajustado	0,2955	0,3143	0,6983	0,0140	0,1709
<i>Variação</i>	-0,0569	-0,0047	-0,0581	-0,1549	0,0357
<i>Variação %</i>	-16%	-1%	-8%	-92%	26%
Rentabilidade do Ativo (ROA) (%)					
Real	0,0533	0,0467	0,1675	-0,0636	0,0464
Ajustado	0,0505	0,0459	0,1836	-0,0744	0,0515
<i>Variação</i>	-0,0028	-0,0008	0,0161	-0,0107	0,0051
<i>Variação %</i>	-5%	-2%	10%	17%	11%
Rentabilidade das Vendas e Serviços Prestados (%)					
Real	0,1145	0,0811	0,3579	-0,1062	0,1073
Ajustado	0,1017	0,0737	0,3528	-0,1165	0,1086
<i>Variação</i>	-0,0128	-0,0074	-0,0051	-0,0103	0,0013
<i>Variação %</i>	-11%	-9%	-1%	10%	1%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)					
Real	0,1584	0,1524	0,4311	-0,1759	0,1221
Ajustado	0,2786	0,1889	1,1162	-0,2324	0,3123
<i>Variação</i>	0,1203	0,0365	0,6851	-0,0565	0,1901
<i>Variação %</i>	76%	24%	159%	32%	156%

Anexo IV – Resumo dos principais argumentos apresentados a favor e contra a reintrodução da amortização do *goodwill*

Reintrodução da Amortização do Goodwill	Testes de imparidade anuais
<p>1) Reconhecimento do goodwill gerado internamente: O <i>goodwill</i> "adquirido" é um ativo consumido e substituído pelo <i>goodwill</i> "gerado internamente". A amortização garante que o <i>goodwill</i> adquirido é reconhecido em resultados ao longo do tempo, não sendo reconhecido nenhum goodwill gerado internamente em substituição do mesmo.</p>	<p>1) Arbitrariedade do modelo de amortização: Por natureza, o goodwill é considerado um ativo de vida útil indefinida. Não existido um limite razoável no qual a empresa espere obter benefícios economicos futuros decorrentes do consumo do goodwill, a amortização num período arbitrário não representa o padrão de consumo do goodwill.</p>
<p>2) Reflete o consumo dos benefícios económicos: Concettualmente, amortização é um método de alocar o custo de aquisição do <i>goodwill</i> ao longo dos períodos em que o mesmo é consumido. Se o goodwill for amortizado, a amortização captura o consumo gradual do goodwill enquanto as perdas por imparidade capturam as perdas decorrentes de más decisoes de investimento.</p>	<p>2) Comparabilidade com outras entidades: Num tópico tão discutido em que as opiniões são tão polarizadas como é o caso da amortização do goodwill por oposição ao teste anual de imparidade, alguns autores defendem que não é prudente nem apropriado alterar constantemente o método aplicado a menos que exista evidência significativa de que as conclusões anteriores não são mais válidas.</p>
<p>3) Custo-Benefício: A amortização é entendida por muitos especialistas como a única forma de reduzir significativa os custos e a complexidade da mensuração subsquente do goodwill. Este argumento é consistente com a posição adotada pelo IASB durante o desenvolvimento das IFRS para SME's e a sua conclusão de que por questões de custo-benefício, o goodwill e os ativos intangíveis devem ser amortizados.</p>	<p>3) Valor relevante da informação: A maioria dos investidores considera que a amortização do goodwill não é relevante para a sua análise na medida que não produz informação relevante sobre sobre potenciais outflows no futuro.</p>
<p>4) Reduz a volatilidade dos resultados: A amortização do <i>goodwill</i> permite reduzir a volatilidade dos resultados verificada no modelo de testes de imparidade anuais aplicada. Alguns investigadores sugerem que o modelo atualmente em vigor potencia a manipulação de resultados através do reconhecimento tardio das perdas por imparidade.</p>	

Nota: Tabela resumo dos principais argumentados apresentados na discussão do IASB (Craig & Fang, 2019).